Evolução legística do Direito Canônico: um breve *excursus* desde a consolidação até a codificação

Legistic Evolution of *Canon Law*: A brief *Excursus* from Consolidation to Codification

Jefferson Antunes Nicolau do Carmo*

RESUMO

O presente artigo traça um panorama da evolução do Direito Canônico desde a sua consolidação, com a edição impressa elaborada por Jean Chappuis em 1500, até a codificação moderna com o Código de Direito Canônico promulgado por São João Paulo II em 1983. O autor examina as principais coleções de decretos que compõem o *Corpus Iuris Canonici*, como o *Liber Extra*, o *Liber Sextus*, as Clementinas, e os Extravagantes, expondo brevemente suas origens e conteúdos e enfatizando a continuidade e a unidade entre essas obras ao longo do tempo. A necessidade de codificação é destacada para facilitar a prática jurídica e pastoral na Igreja. A obra também aborda a influência dos concílios, especialmente o Concílio Vaticano II, no desenvolvimento e reforma do direito canônico, culminando no Código de 1983, que incorpora elementos modernos e eclesiológicos do Concílio.

Palavras-chave: *Corpus Iuris Canonici*; Direito Canônico; codificação; consolidação.

ABSTRACT

This article outlines the evolution of Canon Law from its consolidation with the printed edition prepared by Jean Chappuis in 1500 to the modern codification with the Code of Canon Law promulgated by Saint John Paul II in 1983. The author examines the main collections of decrees that make up the *Corpus Iuris Canonici*, such as the *Liber Extra*, the *Liber Sextus*, the Clementines, and the Extravagantes, briefly exposing their origins and contents and emphasizing the continuity and unity among these works overtime. The necessity of codification is highlighted to facilitate legal and pastoral practice in the Church. This work also addresses the influence of the councils, especially the Second Vatican Council, in the development and reform of canon law, culminating in the Code of 1983, which incorporates modern and ecclesiological elements from the Council.

Keywords: *Corpus Iuris Canonici*; Canon Law; codification; consolidation.

1 INTRODUÇÃO

Artigo submetido em 15 de abril de 2025 e aprovado em 1º de julho de 2025.

* Graduação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010) em Filosofia, com ênfase em História da Filosofia (Filosofia Antiga). Graduação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com reconhecimento (e diploma) da Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (2014) em Teologia, com ênfase em Direito Canônico. Especialização *Lato Sensu* em Direito Canônico Matrimonial pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (2018). Mestrado em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (2021). Doutorado em andamento na Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Padre da Arquidiocese de Belo Horizonte e exerce as funções de Vice-Chanceler do Arcebispado, Defensor do Vínculo do Tribunal Arquidiocesano de Belo Horizonte - MG e do Tribunal Diocesano de Coxim - MS, Capelão Militar voluntário da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro e Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Pilar. E-mail: pe.jeffersonantunes@gmail.com

O presente trabalho propõe apresentar, de maneira breve, a evolução do Direito Canônico na Igreja, num arco temporal bem delimitado: desde a sua consolidação, partindo da edição impressa elaborada por Jan Chappuis, datada de 1500, até a codificação vigente para a Igreja Latina - o Código de Direito Canônico promulgado em 1983 por São João Paulo II.

Não se pretende estudar à exaustão cada uma das obras e coleções que formam o *Corpus Iuris Canonici* e que são fontes de inestimável valor para o atual Código e de conhecimento para os historiadores do direito. A proposta é fazer como que um voo panorâmico sobre tais obras, coligindo neste artigo o que pode ser encontrado de maneira dispersa em vários autores.

2 OS EXTRAVAGANTES DO *CORPUS IURIS CANONICI*

O marco temporal que limita o presente artigo dá-se no ano de 1500, quando é feita a primeira edição impressa do *Corpus*, estruturada por Jean de Chappuis, que recolhe e ordena textos legislativos até então dispersos, e retomada nas edições sucessivas. A ordem de sucessão adotada pelo supracitado autor é esta: Decreto de Graciano (1140), Livro Extra (1234), Livro Sexto (1298), Clementinas (1317), Extravagantes de João XXII (1235/1500) e, por fim, Extravagantes Comuns (1500/1503). Esse compilado de obras, autênticas e não autênticas¹, deu origem ao que se denomina “*Corpus Iuris Canonici*”.

Não se adentrará nas minúcias de cada um dos livros que compõem o *Corpus*, uma vez que o objetivo deste estudo é focar mais o Código de 1983 e alguns aspectos oriundos do Concílio Vaticano II, do qual é um devedor direto. Contudo, nas próximas linhas, acenar-se-á sucintamente com o conteúdo de cada uma das coleções, excetuado o *Decretum Gratiani*, abordado em lugar posterior.

Passa-se, pois, a apreciação dos extravagantes.

O primeiro dos livros extravagantes é o *Liber Extra*, que também ficou conhecido como *Collectio Decretalium Gregorii IX* (Erdö, 2015, p. 120). Esta é uma coleção oficial que foi promulgada aos 5 de setembro de 1234, com a Bula Papal *Rex Pacificus*, cujo conteúdo “trata de toda disciplina canônica, contendo até normas litúrgicas e dogmáticas” (Erdö, 2015, p. 122, tradução nossa).

Ainda que seus capítulos se baseiem largamente nas decretais pontifícias, algumas partes referem-se a cânones conciliares – sobretudo aqueles dos Concílios Lateranenses III e IV –, trechos dos Padres da Igreja e do Direito civil. A maior parte dos capítulos (1767 de 1971) deriva das *Quinque compilationes*, outros (195) contêm decretais do próprio Gregório IX, e pouquíssimos capítulos contêm material proveniente de outras coleções ou de fontes desconhecidas. (Erdö, 2015, p. 122, tradução nossa).

O segundo livro extravagante é o *Liber Sextus*. A coleção possui esse nome por vontade do Papa Bonifácio VIII, num esforço do colocá-lo na série do *Liber Extra*, dividido em cinco livros, como se a coleção fosse uma continuação, isto é, o sexto livro da coleção que o precedeu.

O *Liber Sextus* foi promulgado aos 3 de março de 1298 e estava, assim como o já citado *Liber Extra*, dividido em cinco livros e, em relação ao seu conteúdo,

extraí o próprio material do Concílio Ecumênico de Lion e das decretais pontifícias promulgadas desde Gregório IX até Bonifácio VIII. Quantitativamente falando, as decretais deste último ocupam quase dois terços do *Liber*. Os redatores se basearam também nas três coleções de Inocêncio IV e naquelas de Gregório X. Ao final do *Liber sextus* se encontra um compilado de princípios jurídicos (*regulae iuris*), cujo autor se supõe tenha sido Dino Mugellano, professor de direito romano em Bolonha. (Erdö,

¹ “Sono ufficiale le Decretales Gregorii IX, il Liber VI e le Clementinae, non ufficiale il Decretum, le Extravagantes Ioannis XXII e le Extravagantes communes. Quindi, il Corpus Iuris Canonici non è un tutto omogeneo, perché si hanno insieme collezioni ufficiali, autentiche, e collezioni non autentiche. Ma c'è una certa unità e questa unità è data dalla dottrina e dalla tradizione” (Giacobbi, 2014, p. 194).

2015, p. 125-126, tradução nossa).

A redação de uma nova coleção foi ordenada pelo Papa Clemente V, cujo sucessor, o Papa João XXII, a promulgou no ano 1317. “No início a coleção recebeu o nome de *Liber Septimus*, mas finalmente este grupo de decretais ficou conhecido simplesmente como *clementinas*” (Salinas, 2018, p. 87, tradução nossa); e este novo compilado é composto por cinco livros, cujo conteúdo “baseia-se, essencialmente, nas decretais emanadas por Clemente V, no Concílio de Viena (1311-1312) e em outras decretais” (Erdö, 2015, p. 126-127, tradução nossa).

O quinto compilado de normas que compõe a edição elaborada por Chappuis é uma coleção privada cuja aparição está diretamente ligada à edição impressa do *Corpus Iuris Canonici*.²

Trata-se dos Extravagantes de João XXII, compilados em dois períodos diferentes, a saber: a) no ano de 1319 foram reunidas e comentadas três decretais do Papa João XXII por Guilherme de Monte Ludano, professor de direito canônico em Tolosa; b) em 1325, Zenzelino de Cassinis, professor de direito canônico em Montpellier, juntou, àquelas três primeiras, outras dezessete decretais e as reorganizou em ordem cronológica. Finalmente, no que diz respeito à sua organização, insta ressaltar que “esta obra não é dividida em livros, mas em títulos e capítulos” (Erdö, 2015, p. 128).

Por fim, a última coleção que compõe a edição do *Corpus Iuris Canonici* elaborada por Chappuis, são os Extravagantes Comuns. Esta é uma pequena coleção, também ela de natureza privada, cujo conteúdo foi recolhido por Chappuis de diversos manuscritos. A obra em questão é composta por cinco livros e está dividida em títulos e capítulos. Na primeira edição do *Corpus* (1500), esta coleção contava com 70 decretais, ao passo que na segunda edição (1503) apresentava-se acrescida de mais quatro decretais.

Todas as compilações elencadas são livros/coleções que, apesar da distância no tempo, possuem entre si uma profunda unidade e continuidade, sendo por isso recolhidos e coligidos em uma única obra - o *Corpus Iuris Canonici*.

Facilitaria ao pesquisador do direito se, à maneira do Papa Bonifácio VIII ao nomear a coleção ulterior ao *Liber Extra* de *Liber Sextus*, as coleções subsequentes fossem designadas de *Liber Septimus* em referência às Clementinas (como foi inicialmente conhecida essa coleção), *Liber Octavus* para referir-se aos Extravagantes do Papa João XXII e, finalmente, *Liber Nonus* para designar os Extravagantes Comuns. Tal “redesignação” descomplicaria a vida do pesquisador e permitiria, com mais facilidade, lembrar e elencar os livros que compõem o *Corpus*.

3 A CODIFICAÇÃO

Com o florescimento do movimento codificatório de 1800, vários canonistas manifestaram favoráveis a que a Igreja reunisse o seu direito interno conforme o modelo dos códigos. A redução a código foi desejada, ainda, desde o Concílio Vaticano I. Entretanto, foi somente em 1904 que o Papa São Pio X, com o *Motu Proprio Arduum Sane Munus* (*Um dever verdadeiramente árduo* - tradução livre), ordenou a compilação do direito canônico, levada adiante por Pietro Gaspari por longos treze anos. Aos 27 de maio de 1917, com o *Motu Proprio Providentissima Mater Ecclesia*, foi promulgado o primeiro *Codex Iuris Canonici* para a Igreja Latina, assim expresso no cânon 1 (Igreja Católica; Miguélez Domínguez; Alonso Morán; Cabreros de Anta, 1947).

No Direito Canônico promulgado por São Pio X, depois de um livro de Normas Gerais, à semelhança da “Parte Geral” do Código Civil Alemão (*BGB*, 1900), seguem os livros: *De*

² Atenha-se que, na edição francesa de 1500, seguida pelas demais edições, o *Decretum Gratiani* é o primeiro livro.

personis, De rebus, De processibus e, por último, *De delictis et poenis*.

O Código/17, no que diz respeito ao conteúdo, é herdeiro da legislação emanada do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I, máxime no que diz respeito à hierarquia da Igreja e à disciplina dos sacramentos:

a influência maior do Concílio Vaticano I sobre o Código concerne à doutrina da Igreja, a qual é toda focada na dimensão exclusivamente hierárquica, papal (primado da jurisdição sobre todas as dioceses, dogma da infalibilidade, suas prerrogativas sobre o concílio ecumênico – contra o conciliarismo) e clerical (aos leigos são dedicados só 3 cânones). Nesse sentido, o Código representa a herança do direito tridentino e a tradução normativa dos desenvolvimentos dogmáticos do Vaticano I. (Fantappiè, 2011, p. 270, tradução nossa).

Identifica-se que, em sua essência, o Código/17 conserva em grande parte a estrutura tripartida adotada no direito romano (Dalla; Lambertini, 2006): “[...] os textos que continham normas jurídicas, foram reunidos em uma nova forma, mais funcional, que organizou, segundo um critério sistemático baseado nas *Instituições* de Gaio e Justiniano (*de personis, de rebus, de actionibus*), todo o material normativo em cinco livros [...]” (Erdö, 2015, p. 152, tradução nossa).

Ademais, além desses dois concílios (Trento e Vaticano I), o Código/17 é, ainda, marcado pelas vicissitudes próprias de seu tempo, e não podia ser diferente. Cita-lhes, sem que neles se detenha, como elementos prodrômicos à codificação do direito na Igreja, a reorganização institucional da própria Igreja - acontecida após a dissolução do império napoleônico e da revolução francesa - e a forte eclesiologia ultramontanista diante do fortalecimento das igrejas nacionais³, como, por exemplo, Vienna, Bonn, Münster, Mônaco etc.

À distância de 42 anos da promulgação do primeiro Código de Direito Canônico, o Papa São João XXIII, em 1959, anuncia importantíssimos eventos marcantes na história da Igreja, dentre estes a reforma do Código de Direito Canônico/17 e a convocação de um novo concílio ecumênico (Concílio Vaticano II).

Ao promulgar o Código de Direito Canônico em 1983, o Papa São João Paulo II refletiu sobre o aparente retardo de sua promulgação, haja vista que o outro evento - o Concílio Vaticano II - se encerrara no ano de 1965:

[...] o novo Código [...] exigia necessariamente o trabalho prévio do Concílio. Embora, pois, tenha sido anunciado simultaneamente com aquela Assembleia ecumênica, segue-se-lhe, contudo, no tempo. É que os trabalhos empreendidos em sua preparação, devendo basear-se no Concílio, só puderam ter início após a sua conclusão (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022, p. 9).

O atual Código de Direito Canônico, promulgado em 25 de janeiro de 1983, profundamente embebido da doutrina e eclesiologia próprias do Concílio Vaticano II, está dividido em 7 livros, a saber: Das Normas Gerais, Do Povo de Deus, Do Múnus de Ensinar da Igreja, Do Múnus de Santificar da Igreja, Dos Bens Temporais da Igreja, Das Sanções Penais na Igreja e, por último, Dos Processos.

Os macroelementos do Concílio Vaticano II que impactam de modo direto o novo Código estão hospedados em especial no texto da Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022, p. 13-15). São eles: a) a Igreja como Povo de Deus (LG 2); b) a autoridade hierárquica como serviço (LG 3); c) a Igreja como comunhão (relação entre Igreja particular e Igreja Universal, colegialidade e primado); d) a consciência de que todos os membros do Povo de Deus participam, a seu modo, do tríplice múnus de Cristo; e) a doutrina que se refere aos deveres e direitos dos fiéis, mais expressamente dos fiéis leigos; f) o esforço que a Igreja deve consagrar ao ecumenismo.

³ Para ulterior aprofundamento acerca dos elementos apresentados e de outros elementos (Fantappiè, 2011, p. 231-270).

Tais pontos foram, sem sombra de dúvida, norteadores da reforma codicial e permanecem tutelados no atual Código.

Diante do quanto até aqui exposto, fica translúcido que o Código/83 “contém de maneira unitária o resultado da evolução legislativa pós-conciliar, a reúne e a continua, mas, ao mesmo tempo, contempla muitos âmbitos temáticos que são requeridos ao legislador da Igreja particular ou à autônoma decisão dos fiéis cristãos” (Erdö, 2015, p. 157).

A estruturação, a articulação e a redação das leis - tais como adotadas nos códigos canônicos de 1917 e 1983 - poderão ser comparadas em APÊNDICE organizado com este propósito.

4 O ELEMENTO JURÍDICO NO MISTÉRIO DA IGREJA

Ao se razeoar com o “elemento jurídico” presente no Mistério da Igreja é preciso antes e com precisão entender qual é este mistério, compreensão necessária para apreender como e por que ele (mistério) tem um componente eminentemente jurídico e qual a relevância deste elemento *iuris* na vida e na missão da Igreja.

É preciso notar que em todo o transcurso da história eclesial existiram imperativos (mandamentos) com a finalidade de regular o convívio social dos irmãos. Basta evocar a norma principiológica por excelência legada por Jesus Cristo aos seus seguidores quando lhes ordenou que amassem uns aos outros como Ele mesmo os amou (Jo 15, 12).

A compreensão do Mistério da Igreja sob uma dimensão jurídica se justifica pelo simples fato de se saber que “[...] a mediação humana é agente necessário para a salvação de Deus acontecer no seio da comunidade de fé que é a Igreja” (HACKMANN, 2007, p. 134). Caso não houvesse uma norma que regularizasse a ação do homem, dando-lhe a certeza de estar percorrendo o caminho correto, então a salvação dos homens estaria sobremaneira prejudicada.

Em tempos hodiernos tal norma é expressa, em parte, no *codex iuris* da Igreja. Não se quer dizer, com isso, que o Código, por si só, conduz à salvação, mas que ele é necessário para criar na “sociedade eclesial uma ordem que, dando primazia ao amor, à graça e aos carismas, facilite, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento orgânico na vida da sociedade eclesial e de cada um” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022, p. 13).

Insta ressaltar, antes de seguir adiante, que a Igreja, por ser um “corpo social” querido por Deus e instituído pelo próprio Cristo Senhor, possui “em si todos os meios necessários para a própria salvação e santificação” (Feliciani, 1994, p. 6) e que, desde os seus primórdios, como explicitar-se-á mais adiante, fez uma opção pelo direito.

4.1 A Igreja como sociedade divinamente querida e prefigurada

Como sabido, a Igreja está inserida na história, mas não se apega a ela, ao contrário, a transcende. A sua estrutura visível reflete, aos olhos da fé, uma realidade que é superior a esta primeira. Superior porque divina, querida pelo próprio Deus desde antes de seu nascimento propriamente dito.

Já no Antigo Testamento, Deus escolhe e chama Abrão e lhe faz uma promessa (Gn 12, 2s) que, de certa forma, remete a um povo e, justamente por isso, lhe muda o nome, expressando o “caráter coletivo” que agora ele passa a ter. Assim Abrão se torna Abraão (Gn 17, 5). A promessa de fazer de Abraão pai de muitos povos é, em si mesma, ainda que de forma incipiente, carregada daquela coletividade que se manifestará de forma perfeita em Jesus e na sua Igreja.

Ao fundar a Igreja, Jesus Cristo, assim como o próprio Pai ao chamar Abraão, não tem uma intenção individualista:

[...] desde o primeiro momento de sua atividade salvífica, Jesus de Nazaré se empenha em reunir o Povo de Deus. Mesmo que sua pregação seja sempre um apelo à conversão

pessoal, na realidade ele visa continuamente à constituição do povo de Deus a quem veio reunir, purificar e salvar. (Bento XVI, 2008, p. 10).

Desde o início, seja ele estabelecido vétero ou neotestamentário, a Igreja é querida como sociedade, como coletividade. Impõe-se reproduzir, das lições do Papa Bento XVI, o seguinte excerto:

esse individualismo da teologia liberal é um realce tipicamente moderno: na perspectiva da tradição bíblica e no horizonte do judaísmo, no qual a obra de Jesus se situa em toda a sua novidade, fica claro que **toda a missão do Filho feito carne tem uma finalidade comunitária**: Ele veio verdadeiramente para **unir a humanidade dispersa**; ele veio verdadeiramente para **unir o Povo de Deus**. (Bento XVI, 2008, p. 11, grifo nosso).

Logo, não é despropósito ler-se em *Lumen Gentium* (LG) que a Igreja foi desejada por Deus e por isso prefigurada desde a origem do mundo. Com efeito, o n° 2 da Constituição dogmática assim o sintetiza:

Desde a origem do mundo a Igreja foi prefigurada. Foi admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na antiga aliança. Foi fundada nos últimos tempos. Foi manifestada pela efusão do Espírito. E no fim dos tempos será gloriosamente consumada, quando, segundo se lê nos santos padres, todos os justos desde Adão, ‘do justo Abel até o último eleito’, serão congregados junto ao Pai na Igreja universal. (LG 2).

Ao se identificar na Igreja uma constituição comunitária, assemelhando-a a grupos sociais, é preciso não perder em mira se tratar de uma sociedade com discrimine. Para além de ser um meio de salvação, a Igreja é a “forma terrena de salvação, a realização terrena e o germe definitivo de Deus [...]” (Smulders, 1965, p. 414). Portanto, é preciso que, ao avaliar a Igreja, se avance para além do horizonte sociológico, alcançando sua íntima relação com Deus. Caso contrário, o Código de Direito Canônico, estreitamente ligado à natureza da Igreja, não seria mais que um compêndio jurídico como todos os demais códigos. Somente se pode entrever o caráter soteriológico do Código, quando se considera que

A igreja é a sociedade dos homens que brotou do Cristo histórico e foi fundada e conservada sobre a terra por Deus em união a si mesmo, potente e ativo sinal do plano salvador que ele revelou em Cristo.
‘[...] é uma comunidade fundada e socialmente caracterizada por Cristo’ - entendendo-se por comunidade uma união de pessoas como tais e, portanto, uma união pessoalmente realizada e afirmada, uma ligação que atinge as profundezas da pessoa e lá se enraíza. Foi assim que a Igreja se reconheceu desde o começo, como atestam os Atos [dos Apóstolos]. A própria imagem do Corpo Místico ensina isso em primeiro lugar. No início [...] a Igreja aparece essencialmente [...] como a sociedade dos amigos de Cristo, isto é, dos que o amam e nele são amados, e que se amam entre si pelo amor dele. (Smulders, 1965, p. 414-415).

Partindo do pressuposto que a Igreja, por seu caráter comunitário, constitui-se em sociedade – e aqui deve-se considerar a reflexão do padre Manoel Tenório de Oliveira (19-- , p. 6) que, sintetizando o pensamento de São Paulo VI, conclui que “a Igreja foi instituída por Deus como sociedade cujo fim é a salvação dos homens”, faz-se claro que a Igreja e nenhum corpo social, notadamente no que diz respeito ao convívio humano, possam subsistir sem os limites daquilo que consideram necessário para as respectivas ordens funcionais.

Tais limites são materializados por meio do conjunto de leis adotadas, indispensáveis para o funcionamento da sociedade. E, por ser uma parte indispensável da sociedade, o direito deve – mesmo que muitas vezes de forma imperfeita – “expressar o rosto” da comunidade à qual tem o papel de reger.

Com a Igreja não poderia ser diferente. O Código de Direito Canônico como principal documento legislativo desta “sociedade” deverá figurar o seu rosto. Assim, enquanto expressão desta, o Código está em pleno acordo com a sua natureza, mesmo porque aquele nasce desta e não pode revelar outra coisa senão aquilo que ela – a própria Igreja – é: sacramento de Cristo para o mundo.

Não existe, portanto, nenhuma espécie de incompatibilidade ou contradição entre o Código de Direito Canônico e a Igreja. E isto fica mais claro porque a Igreja de Cristo comporta dois elementos, o humano e o divino. De forma sintética, mas cirúrgica, o Catecismo da Igreja retoma um texto de Santo Agostinho segundo o qual a Igreja se caracteriza

Por ser humana e divina, visível, mas ornada de dons invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e, no entanto, peregrina. E isso de modo que nela o humano se ordene ao divino e a ele se subordine, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à cidade futura, que buscamos. (Igreja Católica, 1999, § 771).

Logo, pode-se dizer que na Igreja, por sua própria natureza, o humano está sempre ordenado ao divino. Mas, para que tão sobrelevada ordenação seja eficaz, o homem precisa de orientações, as quais poderão ser encontradas em autorizadas fontes, dentre estas, o Código de Direito Canônico.

Posto isto, é preciso avançar mais na reflexão proposta, pois, uma vez que se fala de mistério da Igreja, que leva a entrever na sua dimensão humana a formação de uma sociedade, ficaria incompleto apontar-lhe um elemento jurídico se não se trouxesse à baila a categoria de *sacramento*. Com efeito, o mistério da Igreja tem, sim, uma face jurídica, e fundamental para mostrar esta face é a ideia de sacramento, a qual será abordada no subsequente tópico.

4.2 Igreja: sacramento de salvação

A Igreja, como já afirmado, não é apenas uma sociedade com *affectio* aos moldes de outros grupos sociais. Por se identificar profundamente com o seu divino fundador, ela possui um caráter teândrico que a diferencia de qualquer outro tipo de corpo social. O que expressa tal realidade é a concepção de Igreja como sacramento, não como os demais sacramentos, mas ela é, em Cristo, “[...] como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano [...]” (LG 1).

É neste sentido que se pode falar em um vínculo jurídico, pois a palavra sacramento, apropriada eclesialmente, tem a sua origem no mundo profano, usual no campo militar para designar as estratégias de guerra que deveriam ser mantidas de forma confidencial.

Smulders oferece uma elaborada síntese acerca do vocábulo sacramento. Diz o autor:

Desde tempos remotos, o pensamento cristão empregou a categoria de mistério ou de sacramento para exprimir a unidade de tensão entre o divino e o humano, o invisível e o visível, como se evidenciou justamente na encarnação do Filho de Deus e na história do antigo e do novo povo de Deus.

Desde o segundo século, a palavra *sacramentum* é usada pela cristandade latina para a tradução do *μυστηριον* grego. Essa palavra foi tirada, pelos cristãos, do Antigo Testamento grego, onde no domínio profano significava a deliberação e o plano de guerra, feitos secretamente pelo rei (por ex., Jdt 2, 2). No domínio religioso se chama *μυστηριον* o plano da criação, estabelecido por Deus, e seu intento com a história do mundo que revela a seus confidentes e fiéis (por ex., Sab2, 22; Dan 2, 27-45). (Smulders, 1965, p. 400-401).

Pode-se depreender da lição transcrita que o termo era realmente aplicado para a designação do algo oculto, como que um segredo de estado.

Em seu texto, *O que significa propriamente o sacramento*, L. Boff (1974, p. 872), sintetizando a discussão acerca da origem da palavra “sacramento”, mostra que ela possui dois elementos: um religioso e outro jurídico. A sinonímia religiosa se definirá pelas linhas teológicas da Escola Agostiniana e do Concílio de Trento: “*invisibilis gratiae forma visibilis*” (Smulders, 1965, p. 400-401).

O elemento religioso do termo (a comportamento sacramental nele radicada) é que tem adequação em perfeita conformidade à Igreja, o que dela faz uma sociedade *sui generis*. Ela não se limita apenas a um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si e são governados por uma autoridade humana distinguida para o mister, conquanto sacramento, conduz à compreensão segundo a qual

a Igreja é instrumento de Cristo. ‘Nas mãos dele ela é o instrumento da Redenção de todos os homens’, ‘o sacramento universal de salvação’, pelo qual Cristo ‘manifesta e atualiza o amor de Deus pelos homens’. Ela é ‘o projeto visível do amor de Deus pela humanidade’, que quer que o ‘gênero humano inteiro constitua o único povo de Deus, se congregue no único corpo de Cristo, seja construído no único templo do Espírito Santo. (Igreja Católica, 1999, § 776).

A Igreja é sacramento porque o próprio Cristo Senhor age por meio dela para a realização do plano salvífico. É sacramento porque manifesta Cristo ao mundo, enquanto é o Seu corpo. Diante desta realidade, pode-se afirmar que “o primeiro Sacramento-Primordial é a pessoa de Jesus. Mas no tempo que permeia entre a Ascensão e o segundo Advento, é Sacramento-Primordial seu corpo sobre a terra: a Igreja” (Smulders, 1965, p. 410).

Reputar a Igreja como sacramento de Cristo – “mais do que como simples instrumento de salvação, ela é a forma terrena de salvação, a realização terrena e o germe do reino definitivo de Deus” (Smulders, 1965, p. 414) – fornece a base sólida necessária para a percepção de que, a partir do momento em que o Direito Canônico não está em contradição com a natureza da Igreja, “não só não está em contradição com a mensagem evangélica, mas tem sua origem na vontade do mesmo Cristo que institui a Igreja como sociedade” (Feliciani, 1994, p. 73).

Posto isso, reconhece-se o Direito Canônico como instrumento adjutório para a salvação dos homens.

5 CONCLUSÃO

Ao submeter a história eclesiástica à apreciação do fenômeno jurídico constata-se que as teorias relativas ao direito e a justiça são partes dele constituintes e, como tal, *iuris phaenomenon* avistado sob a forma de diretrizes de dever-ser comportamentais no texto sagrado (a Bíblia) e nos textos catequéticos, morais e disciplinares reconhecidos pelas comunidades cristãs primigênicas - como, por exemplo, as diretrizes ínsitas na *Didaché*, na *Traditio Apostolica*, na *Didascalia Apostolorum*, no *Canones Ecclesiastici Sanctorum Apostolorum*, no *Canones Apostolici*, no *Testamentum Domini Nostri Iesu Christi*, consideradas obras fundamentais na formulação do que veio a ser denominado de Direito Canônico da Igreja Católica.

Essa pesquisa aponta um dos vértices do fenômeno jurídico que é a legística do Direito Canônico Católico, enfatizando-se que, desde 1917, o *ius canonicum* está codificado, sistematização que supera os estorvos e as complexidades da dispersão das leis e das reuniões temáticas desordenadas (inclusive, o vezo de imiscuir-se textos jurídicos e não-jurídicos em um mesmo documento).

Tecnicamente, codificar e mais do que consolidar e, em searas da Igreja, significa promover a compactação máxima possível das normas canônicas em documento legislativo único - o código de leis - *corpus legum* ordenado tematicamente em *liber, pars, sectio, titulus, caput, articulos, numerus*, a partir da unidade básica de articulação - o cânon.

Este brevíssimo estudo também faz ver que o direito canônico opera com vistas à *salus*

animarum e, na Igreja, tem a mesma função das margens de um rio, beiradear para que as águas, sem desvios, alcancem o mar. Na fecunda relação “Igreja e Direito”, o objetivo não poderia ser outro senão fornecer ao homem as balizas imprescindíveis para que, também ele, sem desvios, alcance o seu destino: a Salvação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação técnica e/ou científica - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BENTO XVI, Papa. ***Omnium in mentem***: Carta apostólica sob forma de “*motu proprio*” do sumo pontífice Bento XVI sobre algumas modificações no Código de Direito Canônico. Roma, 2009. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/apost_letters/documents/hf_ben-xvi_apl_20091026_codex-iuris-canonici_po.html. Acesso em: 15 ago. 2024.

BENTO XVI, Papa. **Os apóstolos**: uma introdução às origens da fé de Cristo. São Paulo: Pensamento, 2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 1998. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1998.

BOFF, Leonardo. O que significa propriamente o sacramento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 34, fasc. 36, p. 860-895, dez. 1974.

CONCÍLIO VATICANO, 2., 1962-1965. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Código de Direito Canônico**. Edição revista e ampliada com a Constituição Apostólica *Pascite Gregem Dei* e com as Cartas Apostólicas em forma de *Motu Proprio Recognitum Librum VI, Competentias Quasdam Decernere, Mitis Iudex Dominus Iesus* e *De concordia inter Codicesi*. São Paulo: Loyola, 2022.

DALLA, Danilo; LAMBERTINI, Renzo. **Istituzioni di diritto romano**. Terza edizione. Torino: G. Giappichelli Editore, 2006.

ERDÖ, Peter. **Storia delle fonti del diritto canonico**. Venezia: Marcianum Press, 2015.

FANTAPPIÈ, Carlo. **Storia del diritto canonico e delle istituzioni della Chiesa**. Bologna: Il Mulino, 2011.

FELICIANI, Giorgio. **As bases do direito da Igreja**: comentário ao código de direito canônico. São Paulo: Paulinas, 1994.

GIACOBBI, Attilio. Il diritto nella storia della Chiesa: sintesi di storia delle fonti. *In*: GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO. **Il diritto nel mistero della Chiesa**. III ediz. Città del Vaticano: Lateran University Press, 2014. v. 1: Il diritto nella realtà umana e nella vita della Chiesa; il libro I del Codice: le norme generali, p. 153-220.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. A eclesiologia do Código de Direito Canônico. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 67, n. 265, p. 132-148, jan. 2007.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 1999.

IGREJA CATÓLICA; MIGUÉLEZ DOMÍNGUEZ, Lorenzo; ALONSO MORÁN, Sabino; CABREROS DE ANTA, Marcelino (ed.). **Código de derecho canónico y legislación complementaria**. 2. ed. Madrid: [Editorial Católica], 1947. v. xxxvii, 1063p. (Biblioteca de autores cristianos).

OLIVEIRA, Manoel Tenório de. Síntese do pensamento do Papa Paulo VI sobre o Direito Canônico. **Estudos canônicos pastorais**. 19--. [s.n.t.].

SALINAS, Santiago Bueno. **Tratado general de derecho canónico**. Barcelona: Atelier, 2018.

SMULDERS, Pieter. A Igreja como sacramento de salvação. *In*: BARAÚNA, Guilherme. **A Igreja do Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1965. p. 396-419.

APÊNDICE

Comparação entre os Códigos Canônicos de 1917 e 1983: a estruturação, a articulação e a redação dos cânones

	CIC/17 (2414 cânones)	CIC/83 (1752 cânones)
LIVRO I	DAS NORMAS (1-86)	DAS NORMAS GERAIS (1-203)
LIVRO II	DAS PESSOAS (87-725) <i>Parte I:</i> Dos clérigos (108-486) <i>Parte II:</i> Dos religiosos (487-681) <i>Parte III:</i> Dos leigos (682-725)	DO POVO DE DEUS (204-746) <i>Parte I:</i> Dos Fiéis (204-329) <i>Parte II:</i> Da constituição hierárquica da Igreja (330-572) <i>Parte III:</i> Dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica (573-746)
LIVRO III	DAS COISAS (726-1551) <i>Parte I:</i> Dos sacramentos <i>Parte II:</i> Dos lugares e tempos sacros <i>Parte III:</i> Do culto divino <i>Parte IV:</i> Do magistério eclesiástico <i>Parte V:</i> Dos benefícios e outros institutos eclesiásticos não colegiados <i>Parte VI:</i> Dos bens temporais da Igreja	DO MÚNUS DE ENSINAR DA IGREJA (747-833)
LIVRO IV	DOS PROCESSOS (1552-2194) <i>Parte I:</i> Dos juízos <i>Parte II:</i> Das causas de beatificação dos Servos de Deus e canonização dos Beatos <i>Parte III:</i> Do modo de proceder na tramitação de alguns assuntos e a aplicação de algumas sanções penais	DO MÚNUS DE SANTIFICAR DA IGREJA (834-1253) <i>Parte I:</i> Dos Sacramentos <i>Parte II:</i> Dos outros atos do Culto Divino <i>Parte III:</i> Dos lugares e dos Tempos Sagrados
LIVRO V	DOS DELITOS E DAS PENAS (2195-2414) <i>Parte I:</i> Dos delitos <i>Parte II:</i> Das penas <i>Parte III:</i> Das penas para cada delito	DOS BENS TEMPORAIS DA IGREJA (1254-1310)
LIVRO VI		DAS SANÇÕES NA IGREJA (1311-1399) <i>Parte I:</i> Dos delitos e das penas em geral <i>Parte II:</i> Das penas contra cada um dos delitos
LIVRO VII		DOS PROCESSOS (1400-1752) <i>Parte I:</i> Dos juízos em geral <i>Parte II:</i> Do juízo contencioso <i>Parte III:</i> De alguns processos especiais <i>Parte IV:</i> Do processo Penal <i>Parte V:</i> Do modo de proceder nos recursos administrativos e na remoção e transferência dos párocos